

Comissão Especial PEC 066/25 - Limite Precatórios e Débitos Previdenciários

Márcio Gonçalves
**Secretaria Especial da Receita Federal do
Brasil**

Brasília, 10 de junho de 2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

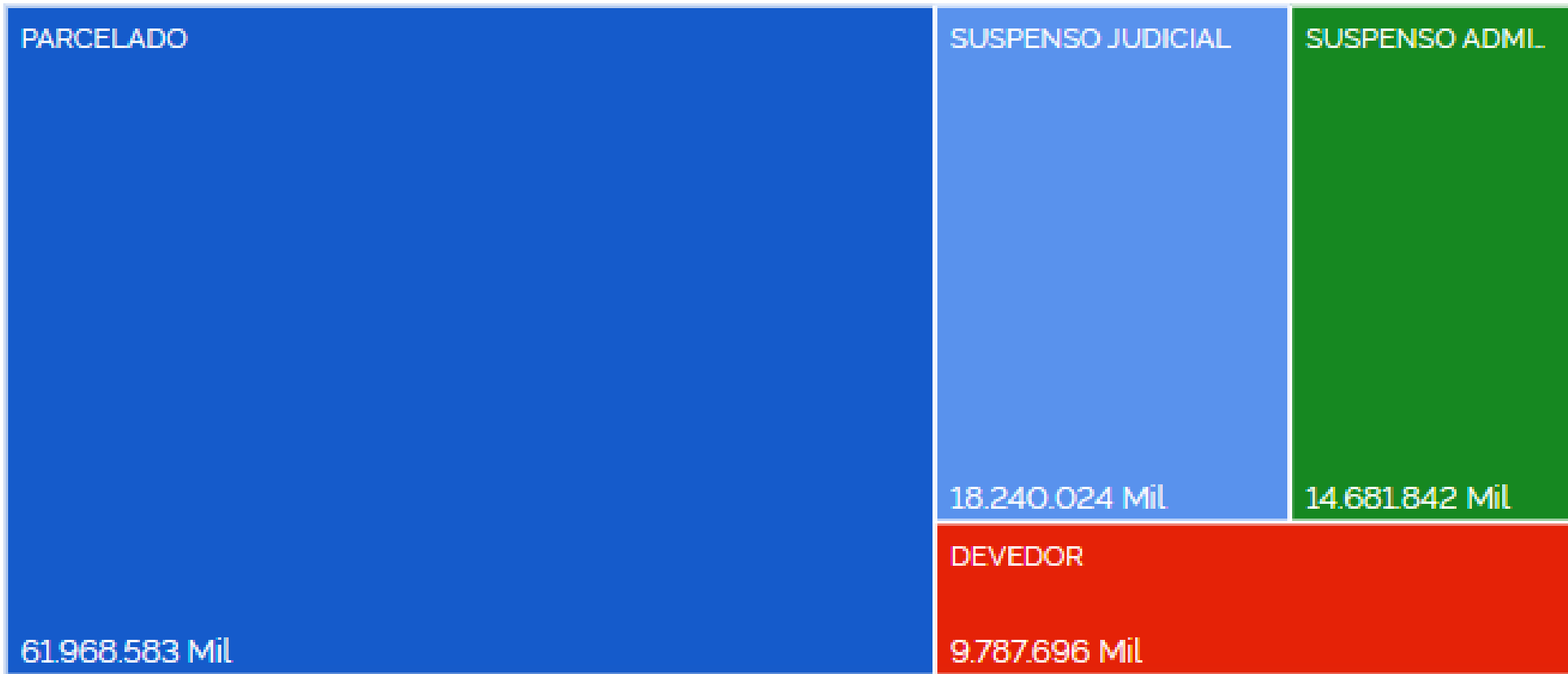


Créditos Ativos - Municípios

Créditos Ativos por Situação do Débito (R\$)

Total : R\$ 104,68 bilhões

93% - Contribuição Previdenciária



Dados de Março de 2025

Cartilha de Orientações da Receita Federal



Orientações para Conformidade Tributária dos Órgãos do Poder Público



Esta Cartilha é um passo importante para fortalecer a conformidade tributária nos Municípios, assegurando que os gestores públicos possam desempenhar suas funções com segurança jurídica e eficiência fiscal.



Conformidade tributária



Ampliar as ações de orientação, facilitação e assistência aos contribuintes.



Estimular a autorregularização.



Prevenir e reduzir os litígios.



Reduzir o tempo de resposta às demandas do contribuinte.

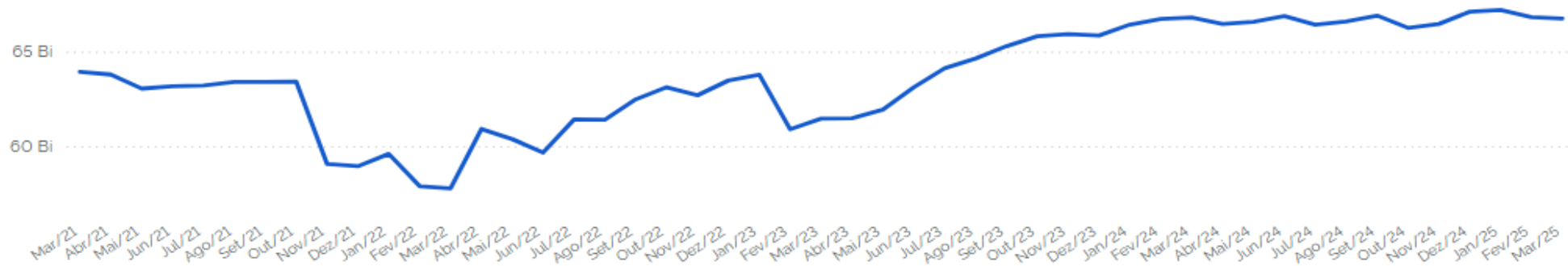


*Link da Cartilha
de Orientação*

Parcelamentos para Órgãos do Poder Público (OPP)

Parcelamento	Creditos Ativos (A)	% do Total	Mês Anterior (B)	Varição (A - B)	Varição (%)	Valor Principal	Valor da Multa	Valor dos Juros
Órgãos Públicos- Lei nº 12.810/2013	24.878.721.323,19	37,27%	24.881.357.774,21	-2.636.451,02	-0,01%	9.248.001.001,66	15.630.720.321,53	0,00
Órgãos Públicos - PREM	17.440.874.445,66	26,13%	17.555.075.996,07	-114.201.550,41	-0,65%	9.355.843.529,75	8.085.030.915,91	0,00
Não Consolidados	12.394.609.892,85	18,57%	12.336.850.999,36	57.758.893,49	0,47%	7.281.617.842,04	3.674.995.179,28	1.437.996.871,53
Ordinário e Simplificado	10.958.988.942,66	16,42%	10.948.852.820,65	10.136.122,01	0,09%	6.496.382.250,17	3.214.087.948,20	1.248.518.744,37
PERT	791.635.455,64	1,19%	799.186.740,16	-7.551.284,52	-0,94%	380.829.871,17	357.071.955,27	53.733.629,17
Reabertura da Lei nº 11.941/2009	137.188.460,84	0,21%	143.158.217,95	-5.969.757,11	-4,17%	29.051.186,12	107.813.107,30	324.167,44
PRT	80.547.250,30	0,12%	83.549.151,38	-3.001.901,08	-3,59%	29.864.843,74	47.382.735,50	3.299.671,14
Lei nº 12.996/2014	50.268.984,54	0,08%	51.624.226,59	-1.355.242,05	-2,63%	14.936.949,77	30.501.383,04	4.830.651,68
Autorregulação Incentivada	11.624.784,15	0,02%	11.759.601,55	-134.817,40	-1,15%	10.444.709,91	1.180.074,24	0,00
Órgãos Públicos - Lei nº 9.639/1998	5.497.285,55	0,01%	5.485.201,40	12.084,15	0,22%	997.440,59	4.499.844,96	0,00
Transação	5.461.217,22	0,01%	5.412.424,59	48.792,63	0,90%	4.959.982,25	378.651,16	122.583,80
Lei nº 11.941/2009			5.135,37	-5.135,37	-100,00%			
Órgãos Públicos- Lei nº 11.196/2005					-			
PAEX					-			
TOTAL	66.755.418.042,60	100,00%	66.822.318.289,28	-66.900.246,68	-0,10%	32.852.929.607,17	31.153.662.116,39	2.748.826.319,13

Valor dos Créditos Ativos em Parcelamento por Mês / Ano



Parcelamentos para Órgãos do Poder Público (OPP)

Parcelamentos especiais

Modalidades	Quantidade de parcelas	Reduções			Pagamento
		Principal	Multa	Juros	
Lei nº 12.810/2013 - Previdenciário	até 240 parcelas	--	100%	50%	Retenção no FPM
Lei nº 12.810/2013 - Pasep	até 240 parcelas	--	100%	50%	Retenção no FPM
PREM	até 200 parcelas	--	25%	80%	Retenção no FPM
PEM (ART. 116 – ADCT)	até 240 parcelas	--	40%	80%	Retenção no FPM

Valores de adesão

Pedidos de adesão	1.017
Débitos confessados	R\$ 19,1 bi
Reduções	R\$ 5,8 bi
Valores já arrecadados	R\$ 1,9 bi

PEC 66/2023



DÉBITOS PARCELÁVEIS: contribuições previdenciárias dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, com o Regime Geral de Previdência Social, ainda que já parceladas.



COMPETÊNCIAS: com vencimento até a data da promulgação desta Emenda Constitucional.



PRAZO: até 300 parcelas (**360, na prática**).

PEC 66/2023



REDUÇÕES:

40% multas de mora
80% juros de mora
40% encargos legais
25% honorários



VALOR DAS PARCELAS: 1/300 da dívida consolidada ou 1% da média mensal da RCL do ano anterior da parcela, o menor.

PEC 66/2023



INADIMPLÊNCIA:

3 parcelas consecutivas ou 6 alternadas

Impede transferências voluntárias da União, inclusive emendas parlamentares

Responsabilização do gestor municipal, inclusive improbidade



EVENTUAIS RESÍDUOS: ao final do parcelamento, caso não quitado será possível parcelas em + 60 meses.

PEC 66/2023



ADESÃO:

Até 12 meses da promulgação da Emenda Constitucional.
Será *online*, pelo Portal de Serviços da Receita Federal.



RETENÇÃO NO FPM:

As parcelas do parcelamento serão objeto de retenção no FPM.



*Link da Cartilha
de Orientação*

Obrigado!